

Advogados do Porto exigem tratamento digno

Paulo Pimenta diz que há causídicos impedidos de entrar em tribunais

CRÍTICAS O presidente do Conselho Regional do Porto (CRP) da Ordem dos Advogados, Paulo Pimenta, afirma que “é altura de dizer basta”, pois “a pandemia não pode ser pretexto para procedimentos absolutamente dispares de tribunal para tribunal e de repartição para repartição”. Ou seja, tribunais e conservatórias têm de funcionar com regras claras, que não impeçam os advogados de desempenhar as suas funções.

As críticas de Paulo Pimenta, plasmadas num comunicado ontem emitido, justificam-se com o facto de muitos advogados estarem a ser impedidos de entrar em tribunais, num tratamento claramente diferenciado do que é prestado a juizes e procuradores.

“Lamentavelmente, a propósito da pandemia, todos os dias e nos mais diversos pontos do país, os advogados são sujeitos a um tratamento que constitui uma verdadeira afronta à dignidade da profissão. É inaceitável que a entrada dos advogados seja barrada por um qualquer porteiro ou segurança com a vaga invocação do cumprimento de “instruções superiores”, defende Pimenta.

Segundo o presidente do CRP, “se um advogado se identifica como tal e declara que pretende dirigir-se a uma secretaria para consultar um processo, não pode ser impedido de ingressar no edifício e de, assim, exercer a sua profissão”.

“CULPA É DO MINISTÉRIO”

Garantindo que há “total desorganização” e sem poupar reparos ao Ministério da Justiça, Pimenta refere também que a situação é grave nas conservatórias do registo, nos serviços do Fisco e nos serviços de mobilidade e transportes.

“Há todo um conjunto de arbitrariedades diárias que atingem os advogados, ora impedidos de acompanharem os seus clientes, a pretexto de que o atendimento é individual, ora impedidos de se prevalecerem da prerrogativa do atendimento prioritário”, denuncia. ● ROBERTO BESSA MOREIRA